

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO DAS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS:   A BARBÁRIE DO PRODUTIVISMO**

Cecídia Barreto Almeida

Profa da Unimontes; Ms. em Educação

[cecidia.almeida@unimontes.br](mailto:cecidia.almeida@unimontes.br)

Mara Rubia Aparecida Silva

Profa. da Educação Básica; Ms. em Educação

[mara44540@gmail.com](http://mara44540@gmail.com)

Júlia Barreto Almeida

Graduanda em Letras Inglês; Unimontes

[juliabalmeida@gmail.com](mailto:juliabalmeida@gmail.com)

**Resumo:**

Este texto, busca compreender a percepção de dez professoras que atuam nas turmas dos dois primeiros anos da educação básica, na rede pública, em relação ao ensino na modalidade remota e os usos da Base Nacional Curricular (BNCC), nas práticas pedagógicas alfabetizadoras. Na nossa busca, intencionalmente procuramos indagar as docentes a respeito das condições reais de trabalho que estão vivenciando na atualidade. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, em que a coleta de dados ocorreu por meio de um questionário disponibilizado no aplicativo google forms. A investigação ocorreu no final do primeiro semestre de 2021. Percebemos a partir da análise dos dados coletados que o processo de alfabetização das crianças e o trabalho das professoras estão comprometidos pela rigidez, controle e pela barbárie do produtivismo.

**Palavras-chave**: Trabalho; Professoras Alfabetizadoras; Produtivismo; BNCC.

**Introdução**

A educação no Brasil expandiu-se e trouxe contradições complexas na pandemia da COVID 19 instaurada no ano de 2020, o caos na saúde que atingiu a economia e a educação, causando uma desapropriação do ser social, o isolamento que se sucedeu, mostrou os conflitos da educação, com a tecnologia e a desigualdade, professores que precisaram se reinventar. A expressão que ecoa não mais nos corredores das escolas, mas nas lives, nas reuniões no google meet, nas intermináveis mensagens no WhatsApp e  nos e-mails é a relevância do professor se “reinventar”, não é um convite, é uma convocação para que profissionais que foram formados para ministrar aulas presenciais tornem-se especialistas em educação básica na modalidade remota sem a formação, sem o tempo necessário para aprender, e  sem o instrumental imprescindível para a seu trabalho.

A pesquisa situa-se no campo da alfabetização, com ênfase na relação entre o trabalho das professoras alfabetizadoras e a congruência que impera em nas práticas pedagógicas.

.

**Justificativa, Problema, Objetivo e Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa justifica-se pela própria complexidade deste momento histórico, em que as professoras, as escolas, e os estudantes são fortemente afetados pela lógica imposta pelo capital, em um município marcado pela desigualdade social, pobreza e falta de acessos aos bens básicos como saúde e alimentação, uma miséria que coloca o trabalhador sobre os ditames do capital, destarte o trabalhador docente também faz parte dessa categoria massiva de precariedade e falta de direitos.

Este estudo, objetiva-se compreender a percepção das professoras alfabetizadoras de duas escolas municipais, na região norte mineira, acerca da relação com o trabalho na modalidade  remota e do uso da Base Nacional Comum Curricular  (BNCC), nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas turmas dos dois primeiros anos . Os procedimentos metodológicos adotados foi um questionário disponibilizado por meio do aplicativo google forms. As participantes encontram-se na faixa etária de 26 a 32 anos, todas possuem ensino superior no curso de Pedagogia. Faremos referência às professoras como PA, PB, PC, PD, PE, PF, PG, PH, PI, PJ. A pesquisa é de natureza qualitativa, focalizada na percepção e nas experiências das docentes.

**O que dizem as professoras**

As dez professoras que responderam ao questionário afirmaram que a gestão da escola supervisionam diariamente as atividades elaboradas, com o propósito de verificar se os conteúdos estão sendo ministrados em conformidade com a BNCC, e oito delas disseram que em nenhum momento tiveram como prioridade compreender o processo de aprendizagem das crianças. “A proposição da direção da escola é que façamos cinco atividades para que a supervisora escolha as três melhores, o que nos mantém aflitas para darmos conta de preparar atividades coerentes e criativas”  (PA, 2021)

Como elucida Carneiro (2019) os direitos de aprendizagem, são assegurados por meio de um cardápio curricular da BNCC, oferecem os conhecimentos mínimos para o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças. No que se refere a inspeção das atividades por parte da gestão, compreendemos com base nas ideias do autor que afirma: ''tais serviços prestados, inclusive, poderão ser medidos por constantes avaliações que produzem rankings e determinam o destino de docentes e escolas, seja no céu ou no inferno.” (Carneiro, 2019, p. 44)

Para as participantes PB, PC, PD,PE e PF, a BNCC mantém o que já havíamos estudado a respeito da alfabetização e do letramento no Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa -  PNAIC,  porém a BNCC não apresenta um método que deixe claro a concepção de alfabetização, portanto entendemos que a nossa prática depende somente de nós mesmas. Ao dizer que não há uma metodologia que embase sua práxis e essa depende somente de seu esforço, as professoras mostram sua fragilidade em relação ao processo educativo, no tocante dos documentos ensejados em suas práticas diárias. E em relação ao Pacto, Morais (2020, p.13) clarifica que “o PNAIC era incomparavelmente superior ao que propõe a BNCC, tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto no âmbito didático” e salienta que as relações entre o processo de alfabetização e letramento e suas especificidades eram debatidos com respeitabilidade.

Morais (2020,p 13) confirma o relato da PI, quando esclarece que

[...] a BNCC é conceitualmente pobre quando se trata de conceber alfabetização e consciência fonológica [...] O texto oficial não assume de maneira explicita, uma visão associacionista de aprendizado da escrita alfabética, embora tenda a valorizar o domínio mecânica da leitura de palavras e habilidades de “codificar” e “decodificar”.

Para o autor a BNCC, apresenta um ensino empobrecido no que diz respeito à leitura dos diversos gêneros textuais e a compreensão de textos escritos, e ainda assim o ciclo de alfabetização é reduzido a dois anos. Quanto a alfabetização e o letramento, Morais (2020) aponta para a baixa qualidade da BNCC, e conclama aos professores alfabetizadores que lutem por uma educação igualitária e de qualidade para as crianças brasileiras.

As professoras revelam a precariedade da educação, no qual as famílias precisam estar presentes no processo educativo mesmo não possuindo o domínio da tecnologia leitura e escrita. Uma triste realidade em que estamos vivenciado na práxis educativa e alfabetizadora, que negligência os direitos das crianças brasileiras de terem acesso a uma educação pública de qualidade.

A professora PI, aponta que no que diz respeito ao aprendizado da leitura e da escrita, vivemos um retrocesso, toda a prática está voltada para o treino de sons, letras e sílabas. E com o ensino remoto o direito das crianças de ler e escrever depende mais de sua família do que da escola.

Frade (2019) aponta que

[...] a impressão é que voltamos a duas polêmicas que já se mostraram falaciosas: a de que existe um método melhor para alfabetizar e a de que a solução é meramente técnica e relacionada ao treino da consciência fonêmica desde a educação infantil. (FRADE, 2019 p. 95).

A autora explica que a pedagogia da alfabetização assume a dimensão fonológica e que todos os métodos de alfabetização demandam a articulação de letras, sons, sílabas e suas relações no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, porém, para a organização dessa lógica existem diversos percursos metodológicos.

A professora H e J, trabalham na mesma escola e afirmam que o letramento não aparece no planejamento e quando questionam, a gestão esclarece que a prioridade é não deixar as crianças sem atividade, para evitar reclamações. Não vemos nenhuma possibilidade de resistência aos direcionamentos das práticas pedagógicas. Mas as crianças pagarão pelo descaso do poder público.

Para a PJ, “o que temos é mais trabalho, mais relatório, mais fichas, mais planejamentos....mais cobranças.”

Dentro do sistema escolar os profissionais da educação são acometidos pela obstrução do desenvolvimento da intelectualidade em prol da emancipação, pois precisam atender essas demandas impostas pelos gestores, o sujeito precisa emancipar-se na relação da precarização, superando a realidade de classes, o projeto da burguesia retrocede as práticas sociais da escola, o ensino torna-se contraditório.

Quando a educação se efetiva realmente, sempre se encontra algo mais do que se procura. É aí que as competências e habilidades se apequenam, pois o que está em jogo aqui são desejos: aquele brilho nos olhos de alguém que acabou de significar a experiência que viveu” (CARNEIRO 2019, p. 44)

Quando o professor perde a sua subjetividade para o capital, ele se submete ao trabalho, seja ele de qual forma , precarizado e alienado, subverte sua realidade para atender as normativas dos superiores, assim ele contempla os ditames econômicos do capital e gera lucro aos patrões, trabalhando por horas, recebendo um salário desapropriado para a quantidade de trabalho exercido, uma beleza para o capital e uma destruição para a vida do trabalhador.

**Considerações Finais**

No cenário da pandemia, os usos das tecnologias digitais no ensino remoto, escancarou a desigualdade social, as dificuldades de acesso à educação de qualidade, para os crianças oriundas da classe trabalhadora e colocou à mostra, os retrocessos vivenciados nas práticas alfabetizadoras fundamentadas no cardápio curricular, a BNCC. As professoras relataram com clareza as próprias condições precárias de trabalho e o quanto a crise sanitária e econômica descortinou e ampliou a barbárie, empurrando-as para a obscuridade do produtivismo.

**Referências**

CASSIO, FERNANDO.(org.) Educação contra a Barbárie.

In.: CARNEIRO. S. *Vivendo ou aprendendo...A ideologia da aprendizagem contra a vida escolar.* São Paulo, Boitempo:2019.

CASSIO, FERNANDO.(org.) Educação contra a Barbárie.

In.: FRADE. Isabel Cristina da Silva. *Disputas em torno da alfabetização: quais são os sentidos.* São Paulo, Boitempo:2019.

MORAIS, Artur Gomes. Alfabetização e Letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental.V.12.Nº.Especial. Dossiê "Ensinar a ler e a escrever: múltiplos contextos e perspectivas”. Disponível em:<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9955>